

**CAMINHOS POSSÍVEIS PARA COMPREENDER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
CHAMADO “TERCEIRO SETOR”**

Felipe Baunilha T. De Lima
UFRJ – felipebaunilha@yahoo.com.br
Carlos Frederico B. Loureiro
UFRJ - floureiro@openlink.com.br

Resumo

Sociedade civil é um conceito tão aceito quanto diverso em sua compreensão. Foi utilizado na história por diversos pensadores de matrizes ideológicas diferenciadas. Na atualidade as organizações que compõe a chamada sociedade civil tem grande relevância no desenvolvimento de ações de Educação Ambiental, incentivadas tanto pelo Estado quanto por empresas “sustentáveis”. Este ensaio busca traçar caminhos teóricos possíveis, à luz da tradição teórica marxista e da Educação Ambiental crítica, para compreender a relação entre a abordagem hegemônica em Educação Ambiental e a lógica do chamado “terceiro setor”, defendido atualmente pelas classes dominantes no país.

Palavras-chave: Educação Ambiental – Sociedade Civil – Terceiro Setor

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) no Brasil ganha cada vez mais relevância dada a necessidade urgente da construção de alternativas ao padrão exploratório dos recursos naturais no planeta e em função da mobilização de diferentes agentes sociais que materializaram práticas e políticas que a projetaram como forma de enfrentamento desses desafios contemporâneos. Em consonância com o contexto de refuncionalização do Estado e reorganização dos movimentos sociais e do mundo do trabalho nos anos de 1980 os principais agentes que se apropriam discursivamente e promovem ações ligadas a este campo são as organizações do chamado “terceiro setor”: ONGs, Fundações, associações de caridade, etc. Estas organizações são constituídas por diversos interesses e motivos, se enquadrando como organizações não estatais mas que cumprem uma função social pública (Montaño, 2010). Por sua ampla diversificação e pela centralidade que lhes é atribuída, tanto pelo Estado quanto pelas empresas, para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental merecem ser analisadas a partir de uma perspectiva crítica, indagando seus pressupostos teóricos e seus objetivos.

O objetivo deste ensaio teórico é traçar possibilidades para a compreender os fundamentos das organizações da sociedade civil (comumente chamadas de “terceiro setor”)

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

correlacionando com a abordagem hegemônica em Educação Ambiental no Brasil. Tal compreensão é necessária visto que tanto agentes defensores da vertente pragmática quanto setores da militância de esquerda ligadas a vertente crítica da EA, para utilizar uma caracterização feita por Layrargues & Lima (2011), vem reivindicando as organizações da sociedade civil como espaços prioritários e legítimos para a prática da EA. Para isto a metodologia utilizada foi a revisão teórica dos autores marxistas sobre o conceito de sociedade civil, uma vez que o trabalho se insere na perspectiva da Educação Ambiental Crítica.

Para cumprir tal objetivo resgatamos o surgimento e utilização do conceito de sociedade civil pelos teóricos clássicos do liberalismo e apresentar a crítica de marxista ao pensamento liberal, evidenciando a maneira pela qual esta tradição teórica trabalha com este conceito. O trabalho procura demonstrar ainda a apropriação do conceito de sociedade civil no Brasil a partir da década de 1970 correlacionando-o com o padrão hegemônico de intervenção em Educação Ambiental observado em contextos formais e não-formais. A guisa de conclusão tecemos algumas reflexões para a pesquisa em Educação Ambiental.

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO PENSAMENTO LIBERAL CLÁSSICO

O pensamento liberal desde seus primeiros representantes, em suas mais diversas vertentes, propõe a necessidade da existência do Estado como forma de equilíbrio da sociedade, como mediador dos conflitos entre os seres humanos. Sem o Estado, dizem os liberais, a humanidade seria um caos, o lugar da barbárie, não existiria possibilidade de coesão social, o que pressupõe uma leitura dualista entre estado e sociedade, onde ambas são vistas idealmente, sem mediações sociais, contradições e historicidade. O Estado seria uma espécie de ente que paira acima da sociedade, instância ética e racional capaz de estabelecer as normas e contratos sociais de convivência. Os primeiros liberais a formularem de maneira mais sistemática uma teoria do Estado, denominados posteriormente de contratualistas. E tendo como principais expoentes Hobbes e Locke, defenderam em sua formulação, apresentada aqui de maneira sintética, a existência de uma natureza humana má e egoísta, que portanto precisaria ser controlada para evitar a guerra de todos contra todos. Este controle só poderia ser efetivado por um poder exterior aos seres humanos, mas instituído por eles, que tivesse discernimento e razão para manter a ordem social. Moraes (2003) afirma que Hobbes, em sua argumentação, utiliza elementos psíquicos dos seres humanos como a insegurança e o medo da violência para justificar o surgimento do Estado e não a fome e a pobreza por

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

exemplo. Esta omissão dos fatores concretos, materiais, que levariam os homens a terem diferenças e competirem entre si utilizando apenas fatores psíquicos para explicar o surgimento do Estado em abstrato não tem nenhuma base histórica que a sustente. Fontes (2006) assim sintetiza a proposição contratual da origem do Estado:

“Partindo da suposição que poderes iguais no reino da natureza conduziria os homens a situação de isolamento, selvageria e barbárie, de guerra de todos contra todos, propunha-se a instauração de um poder desigual, não-natural, humano, que deveria assegurar aos homens a pacificação, pela entrega das armas ao Soberano e pela obediência total que a ele passavam a ter de prestar, por serem os responsáveis pelo pacto.”

Por mais que existam diferenças entre os liberais contratualistas sobre qual seria a forma de governo ideal para o Estado, monarquia ou república, todos compactuavam da necessidade da existência de tal instituição para aniquilar o caos da “sociedade natural”. Aqui se encontra a fundação, no sentido liberal, do conceito de sociedade civil: Se existe uma sociedade natural, onde os homens têm uma natureza má e egoísta e o caos tende a ser a regra, em contraposição a esta sociedade natural é necessária uma instituição ou um soberano, que detêm o poder para estar acima de todos e poder governá-los; os que por ele são governados passam a ser civilizados, que seja, a sociedade civil, aquela que não é mais natural. Acanda (2006) analisando o conceito liberal de sociedade civil em seus primórdios afirma que para estes pensadores “a sociedade civil era aquela que, justamente por contar com uma estrutura estatal, o poder centralizado, garantia o respeito às normas contratuais e o comportamento civilizado das pessoas”.

Locke, que formula sua teoria baseado na teoria de Hobbes, argumenta que a propriedade é também natural aos homens e afirma que o papel do Estado é, portanto, garantir a posse das propriedades para manter a estabilidade social. Esta formulação diz de maneira explícita que o Estado seria o lugar dos proprietários, ele existe entre outras coisas para assegurar a propriedade privada e o interesse dos proprietários.

Há variações nos fundamentos das formulações liberais sobre o Estado posteriores às obras de Hobbes e Locke mas em geral todas corroboram a tese de que com o surgimento do Estado surge o que conhecemos como “sociedade civil”, isto é, o que não é, necessariamente, Estado e está subordinado a existência dele, pertencente à esfera do privado, dos interesses particulares dos indivíduos, enquanto o Estado é o ente que garante o direito de “todos”, para manter tudo como está.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

Fontes (2006) ressalta ainda o pensamento de Rousseau, inscrito na tradição contratualista mas que questiona seus fundamentos. Segundo a autora “a crítica vigorosa de Rousseau admitindo a lógica do contrato, contesta seus fundamentos”. Em Rousseau apesar da ideia de natureza humana ainda persistir, esta adquire uma conotação positiva que só foi pervertida, invertida, com o advento da propriedade privada. Assim para Rousseau, segundo Fontes (2006), “o termo sociedade civil adquire uma conotação negativa, ao expressar o espaço da propriedade privada, elemento de corrupção da natureza humana”.

A CRITICA DE MARX AO CONCEITO LIBERAL DE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Segundo Moraes (2003) a reflexão de Marx sobre o Estado partiu de uma concordância com os pensadores Liberais: “ambos reconhecem que o Estado é poder social alienado à sociedade e concentrado numa instância que lhe é superior e exterior”. Porém para Marx o Estado não é uma solução para conflitos sociais, assim como afirmava Hobbes e os demais pensadores liberais, e sim um problema social:

“Se o poder escapou da sociedade para se concentrar num complexo de meios de dominação e coerção, é por que a sociedade perdeu a coesão própria ao modo comunitário de existência, cindindo-se em classes com interesses antagônicos e exigindo, para manter sua coesão funcional, o recurso sistemático à coerção”.
(Moraes, 2003)

Para Marx o Estado não pode ser explicado por ele mesmo, em abstrato, ele é fruto de relações sociais concretas, objetivas, que foram travadas ao longo da história da humanidade. Marx buscou incessantemente, através do estudo da história das sociedades antigas, entender por quais condições foi possível a criação do Estado, já que em seus estudos o que encontrou foi que “quanto mais recuamos na História, mais encontramos o homem inserido na comunidade” (pág. 24). Ora estes resultados lhe foram suficientes para refutar a tese liberal do Estado, já que, ao invés do que os pensadores desta corrente afirmavam, nas formas mais antigas de organização social não era o caos social a condição predominante e sim formas sociais comunitárias.

Marx buscava refutar a formulação de Estado como Espírito Absoluto feita por Hegel, no qual a sociedade civil (sociedade burguesa) era a esfera das vontades particulares e o Estado a esfera do público, da vontade de todos. Para Marx a teoria hegeliana sintetizava os principais elementos dos pensadores anteriores a ele, por isso a crítica a sua teoria significava uma crítica a toda a geração de pensadores liberais antes dele. Para isso apoiou-se na

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

formulação de Feuerbach sobre a alienação religiosa da humanidade, à crença em um Deus: “os homens projetam sua essência para fora deles, num ente imaginário dotado dos atributos da idealizada perfeição da espécie”. Se na visão de Feuerbach o Estado é uma projeção ideal humana, conferindo-lhe o *status* semelhante ao de um Deus, Marx o contrapõe, definindo o Estado como uma instituição concreta, uma máquina coercitiva criada pelas classes dominantes na sociedade de dada época para exercer seu poder sobre outras classes. O Estado, portanto, não era uma obra de acordo de vontades feito pelos humanos e sim uma imposição dos dominantes. Coutinho (2008) afirma que Marx critica a concepção Hegeliana de Estado, já que esta aliena a esfera político-estatal da sociedade civil (burguesa), sob o argumento de que é impossível o Estado representar a vontade geral:

“Se o homem que vive no mundo real da sociedade civil (o bourgeois) conhece apenas interesses privados e particularistas, então a noção do Estado enquanto representante do interesse geral, afirmada por Hegel, não passa de uma aparência a ocultar a dominação de uma casta burocrática que defende apenas, como todas as outras “corporações” da sociedade civil, os seus próprios interesses particulares. [...] o *citoyen* não passará de uma abstração enquanto não for eliminado o particularismo objetivo do *bourgeois*”.(pág. 18)

É a partir dessa conclusão que Marx se coloca a problemática de entender porquê dos seres humanos aceitarem viver sob o jugo do Estado, já que este é a forma política e coercitiva de dominação das classes dominantes, existe para assegurar a existência da dominação de uma classe sobre outras. Marx se apropria da teoria das classes sociais (da qual não foi o primeiro formulador) e a insere na História para compreender a complexa forma pela qual foi possível manter classes e populações inteiras sob a exploração e dominação por outras classes. E para Moraes (2003) Marx dá o passo decisivo neste caminho ao compreender que a chave desse mistério estava na compreensão da “anatomia da sociedade civil”:

“[...]as relações jurídicas, assim como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela pretensa evolução geral do espírito humano, mas, ao contrário, se enraízam nas *condições materiais de existência*, cujo conjunto Hegel compreende [...] sob o nome de “sociedade civil” e a anatomia da sociedade civil deve, por sua vez, ser buscada na economia política [...]: na produção social de sua existência, os homens entram em [...] *relações de produção* que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

jurídica e política e a qual correspondem formas de consciência determinadas”.
(Marx *apud* Moraes 2003).

Marx nos chama a atenção de que todas as relações sociais são condicionadas pela capacidade da sociedade em produzir sua subsistência e que essa produção da subsistência se encontra no seio da sociedade civil. Assim delimita que para compreender as relações jurídicas, políticas e as formas de Estado devemos nos atentar em compreender a sociedade civil, a esfera da produção social da vida, que seja, a esfera da produção econômica. Fica claro que para Marx a sociedade civil é sinônimo de sociedade burguesa, a classe dominante do modo de produção econômico em sua época. Sociedade Civil é concebida assim como o lugar de produção material da vida, não mais de forma *natural* e sim na forma do *bourgeois*. É na esfera da sociedade civil que se encontra o alicerce para compreender a *possibilidade de existência* do Estado e demais relações e instituições sociais. Por isso Marx afirma no Manifesto Comunista que o Estado é o comitê organizativo da burguesia, pois em suas formas rudimentares do século XIX era essencialmente um Estado coercitivo comandado a lógica dos interesses burgueses, que seja, pela lógica de assegurar a propriedade privada, a exploração do trabalho social e apropriação privada das riquezas, e a garantia do lucro.

GRAMSCI E A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE ESTADO NO PENSAMENTO MARXISTA

No seio do pensamento marxista vários foram os autores que começaram a identificar um problema na formulação de que o Estado era um mero “comitê organizativo da burguesia”. Coutinho (2008) identifica em Rosa Luxemburg e nos austromarxistas as primeiras críticas sobre essa formulação. A experiência concreta da luta entre as classes existente no início do século XX na Europa e a consolidação da burguesia e do proletariado como classes centrais na sociedade capitalista, que ao mesmo tempo eram aliadas para derrotar os resquícios feudais e inimigas antagônicas nas suas aspirações imediatas, resultaram numa

“situação dinâmica, *processual*, onde o conteúdo social do poder de Estado aparece determinado, em ultima instância, pela relação entre as classes, por um conflito que – embora tenha seu palco fundamental nas esferas econômica e social – repercute também no seio do próprio Estado”. (pág. 44).

Gramsci é o primeiro marxista a formular de maneira sistemática uma teoria sobre a concretização do fenômeno estatal por completo, ou como o próprio autor nomeou, a “ampliação” do Estado. Coutinho (2008) afirma que Gramsci, ao vivenciar o fracasso das

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

tentativas de revolução socialista na Europa, pode observar a restauração autoritária do poder da burguesia e constatar que, ao contrário do que defendeu Lenin (principal teórico marxista da revolução russa), a república democrática não pode ser considerada, regra geral, como a melhor forma política de dominação burguesa. Isto pois o italiano assistiu a adesão em massa da burguesia italiana ao regime autoritário fascista. A formulação Gramsciana não nega a teoria do fenômeno estatal como comitê executivo da violência de uma classe sobre outra, formulada por Marx e Engels (2010), mas esta corresponde a uma abstração histórico-gnosiológica que apreende a existência efetiva de um Estado, essencialmente, coercitivo (Coutinho, 2008).

Gramsci se empenhou por dar conta teoricamente de uma concretização do fenômeno estatal, que seja, de uma “ampliação” do Estado, já que vivenciou em sua época uma intensa socialização da política, consequência da luta dos trabalhadores por direitos que resultou na conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos de massa e da ação efetiva de numerosos sindicatos profissionais e de classe. Como citado acima Gramsci não abandona as formulações de Marx e dos marxistas sobre o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder de Estado, ele às supera dialeticamente, incorpora seu núcleo fundamental repondo-o e transfigurando-o através do acréscimo de novas determinações. Segundo Coutinho (2008) as novas determinações incorporadas por Gramsci em sua formulação sobre o Estado o levam a examinar e distinguir duas esferas em seu interior: a 'sociedade civil' e a 'sociedade política'. A 'sociedade política' refere-se “aos aparelhos coercitivos do Estado”, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis” (pág. 53). Já a 'sociedade civil' “designa, mais precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e ideologias”(pág. 53). Para o pensador italiano as duas esferas cumprem um papel concretamente diferenciado na sociedade, onde a sociedade política tem seus portadores materiais no que ele chamou de 'aparelhos coercitivos de Estado' e a sociedade civil os tem nos 'aparelhos privados de hegemonia'. Fontes (2010) em sua explicação sobre 'aparelhos privados de hegemonia' indica que estes são:

“a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. [...] Todos, porém, são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente cultural”. (pág. 133)

É importante perceber que Gramsci teorizou sobre duas esferas do fenômeno estatal, não se tratando portanto de separar sociedade civil do Estado; trata-se ao contrario de mostrar a ligação umbilical dos 'aparelhos privados de hegemonia', da sociedade civil, com a classe e frações de classe dominantes numa sociedade organizadas nos 'aparelhos coercitivos de Estado' e com o mercado.

Para Fontes (2010) a 'sociedade civil', no conceito Gramsciano, é um lugar privilegiado da luta de classes pois é marcada por disputa inter e entre classes através de organizações que difundem valores e práticas voltadas para o convencimento universalizante, que tratam como universal os interesses particulares, sendo estes forjados no seio da produção material da vida ou na esfera do Estado estrito. A luta de classes é o fator moldante das formas políticas assumidas pelo Estado. Por isto, analisa:

“nas novas condições derivadas da conquista do sufrágio universal, Gramsci procura explicar a forma encontrada pelas classes dominantes para se assegurar da adesão dos subalternos. O convencimento, a persuasão e a pedagogia se tornam, doravante, tarefas permanentes e cruciais. Não dispensam, entretanto, as formas coercitivas, exatamente por estar a sociedade civil entremeada ao Estado”. (pág. 136)

Note-se que há uma mudança no ângulo de análise de Gramsci em relação a toda a tradição anterior. Nele o conceito de sociedade civil não está situado na esfera da produção material, econômica, e sim na esfera da “superestrutura” da sociedade. Segundo Fontes (2010) “o conceito liga-se ao terreno das relações sociais de produção, às formas de produção da vontade e da consciência e ao papel que, em ambas, exerce o Estado”. O conceito de sociedade civil em Gramsci, segundo Fontes (2010), é fruto do aprofundamento do pensador italiano sobre “o tema das formas de organização, e se sua reflexão incide diretamente sobre a organização da dominação o faz incorporando o processo da luta de classes, de conquistas democratizantes e de suas limitações no âmbito do Estado capitalista”. Coutinho (2008) explica que o fato novo que Gramsci insere em sua formulação é a autonomia material relativa adquirida pela esfera ideológica, ou simbólico-axiológica, nas sociedades capitalistas mais avançadas.

“a necessidade de conquistar o consenso como condição *sine qua non* da dominação impõe a criação e/ou renovação de determinadas instituições sociais, que passam a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia”. (pág. 55)

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

Gramsci confere, como foi exposto, um novo significado ao conceito de sociedade civil superando dialeticamente a teoria do Estado em Marx, Engels e Lenin, sem contudo romper com as categorias centrais do marxismo.

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL, O LEGADO DA DITADURA MILITAR (OU O LEGADO DOS ANOS RECENTES)

No Brasil as formulações sobre o conceito de 'sociedade civil' ganharam notoriedade no contexto do Estado ditatorial (1964-1985). Segundo Gohn (2008) o contexto de direitos políticos restritos estimulou o surgimento de práticas coletivas reivindicatórias por parte da 'sociedade civil' no final da década de 70. Diferentes grupos da sociedade (mulheres, ambientalistas, homossexuais, movimentos por direitos sócias, etc) ganharam força e “o polo de identificação destes diferentes atores sociais era a reivindicação de mais liberdade e justiça social” (pág. 72). Observa-se que da unidade na diversidade proposta por Gramsci entre o par sociedade civil/sociedade política, surge uma dicotomia radical com ares maniqueístas onde tudo o que provinha do Estado (sociedade política) era ruim e tudo que provinha da 'sociedade civil' (aparelhos privados de hegemonia) era bom.

A dicotomia entre Estado/sociedade civil, embora tenha sido útil para a criação de uma plataforma política unitária contra a ditadura contribuiu para a ilusão de que a sociedade civil é 'completamente' autônoma da esfera da produção/circulação de mercadorias e do Estado estrito (sociedade política) negando o fato de que a relação entre estas esferas realmente existiam, embora não de maneira direta e clara.

O Estado autoritário no Brasil foi uma necessidade produzida por frações da burguesia brasileira aliadas ao capital estrangeiro para promover o que Florestan Fernandes chamou de “modernização conservadora”. Isto propiciou um ambiente seguro para o desenvolvimento capitalista já que com as liberdades políticas cerceadas a sociedade civil ligada às classes subalternas estava “domada”, ou seja, o caminho estava aberto para altos níveis de exploração do trabalho e extração dos recursos naturais com as regras impostas pela burguesia nacional e internacional. Por outro lado a sociedade civil ligada aos interesses dos setores dominantes a exemplo da Tradição, Família e Propriedade (TFP) tinham amplo apoio e liberdade para atuar na construção de hegemonia nos espaços públicos. A dominação de classe exercida através do Estado estrito (sociedade política) e reforçada por 'aparelhos privados de hegemonia' ligados às classes dominantes era explícita.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

Foi sob as contradições do capitalismo no Brasil que emergiram, no final da década de 1970, os vários movimentos sociais de caráter reivindicatório que lutavam por direitos sociais e políticos citados mais acima. Estes movimentos tiveram um peso importante na 'transição' para a democracia representativa liberal no país. A dominação explicitamente via coerção já não se sustentava.

Neste contexto de disputa, que se dava tanto na esfera do Estado ampliado quanto na esfera da produção (vide a força do movimento operário do ABC paulista que protagonizou diversas greves em contradição direta com o capital), Leher (2005) aponta que:

No terreno ideológico, os teóricos do autoritarismo conseguiram situar os termos do conflito entre uma abstrata sociedade civil e o Estado autoritário. A esfera privada foi associada à democracia e à cidadania; o Estado foi vinculado ao autoritarismo, à ineficiência, à burocracia e à corrupção. Assim, todos os que “sujaram as mãos” abrigaram-se no guarda-chuva ideológico da sociedade civil. Com isso, os que sustentaram a ditadura e seu modelo econômico concentrador de renda operaram a transição de tal modo que a condição capitalista dependente não foi alterada. (pág. 231)

Os teóricos da classe dominante circunscreveram a disputa principalmente no campo ideológico, abafando as contradições essenciais que estavam aflorando no proletariado uma imensa consciência de seus direitos, uma consciência de classe. Assim além de assegurar a lógica capitalista na produção conseguiram fundamentar as bases ideológicas necessárias para um ataque aos direitos sociais adquiridos. Ao identificar na instituição estatal as causas das ineficiências no trato com os problemas sociais a classe dominante conseguiu, através de seus teóricos (ou através dos seus aparelhos privados de hegemonia), atacar o conceito das políticas sociais universalizantes, que neste período ainda eram incipientes. A 'sociedade civil' brasileira mostra então sua verdadeira heterogeneidade.

Até o meados da década de 1990 a burguesia ainda não havia conseguido gerar um consenso na sociedade que permitisse dominar material e ideologicamente as classes subalternas. Mas seu principal foco de ataque continuava a ser a ineficiência do aparato estatal. Várias foram as iniciativas dos Estados dos países dominantes para repensar a forma de ser da economia e do Estado nos países chamados à época de 'terceiro mundo'. O exemplo mais claro dessas iniciativas foi o chamado consenso de Washington, estudado por diversos autores, que apresentava a seguinte estratégia a ser executada pelos países do 'terceiro mundo': ajuste fiscal; redução do papel do Estado; fim das restrições ao capital externo; abertura do

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

sistema financeiro; reestruturação do sistema previdenciário (Coggiola & Katz, 1996). Segundo Barreto & Leher (2008) é neste período que a educação começa a ser tratada de modo mais estratégico pelas classes dominantes para formar os trabalhadores de modo a se adequarem à reestruturação produtiva do capital e seus novos determinantes, em síntese, educar para o consenso.

Tomarei aqui como marco dessa íntima relação entre interesses das classes dominantes e a 'sociedade civil' a medida, promovida pela reforma do Estado levada a cabo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que abriu a possibilidade para a desestruturação das políticas sociais universalizantes. Tal medida, contidas nas leis Nº 9.637/98 e 9.790/99, conferiu a possibilidade das organizações da sociedade civil à classificação legal enquanto Organizações Sociais (OS) ou de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Estas foram assim habilitadas a estabelecer uma relação contratual com o Estado para implementação e gestão de políticas públicas e ações governamentais, ao mesmo tempo que seriam também fiscalizadoras de tais políticas. A conceito chave para esta operação é o de uma terceira forma de propriedade, a propriedade pública não-estatal, que seria representada pelas OS e OSCIPs. Esta é a base legal que materializa o conceito de Terceiro Setor, entidades que *em tese* não são nem parte do Estado nem do Mercado.

Assim, aliado a reforma do Estado, os setores dominantes concentram sua atuação também no campo da sociedade civil como forma de desregulamentar as políticas sociais do Estado e fortalecer seus aparelhos privados de hegemonia. Sobre isto Fontes (2010) aponta:

“Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia.” (pág. 136)

Apesar das determinações estruturais que condicionam as organizações da sociedade civil não podemos perder de vista que as motivações que levam sujeitos das camadas populares e dos trabalhadores a apostarem nessa forma de organização pode estar ligada a sua trajetória política e ao fato de que as classes dominantes se apropriaram das bandeiras de luta históricas destes setores ressignificando-as. Dessa forma os conceitos que serviram como mola impulsora das lutas contra o regime ditatorial, como *cidadania* e *participação*, foram incorporados pelos discursos dominantes esvaziando seu conteúdo real. Não estamos

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

tratando aqui de deslegitimar as organizações da sociedade civil comprometidas com as lutas populares e com a defesa dos recursos naturais, homogeneizando-as, mas pretendemos mostrar que dentro da lógica geral da acumulação capitalista a significação social do debate do sobre sociedade civil está também permeado pela luta de classes, pela contradição capital/trabalho

A TRADIÇÃO HEGEMONICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ESTADO AMPLIADO

A Educação Ambiental surge como campo de atuação e debate amplo na sociedade a partir da década de 1960. Os visíveis impactos destrutivos causados ao meio ambiente e apropriação privada dos recursos naturais promovidos pelo modo de organização social, genericamente definido, foram as bases concretas para que o tema ganhasse crescente relevância nas discussões institucionais e não institucionais. Loureiro (2009) destaca ao menos 6 eventos internacionais que aconteceram entre 1976 e 1997 que tiveram como tema central a Educação Ambiental. Estes eventos, incentivados principalmente pela UNESCO, tem o mérito de pautar a problemática ambiental no mundo moderno mas os documentos elaborados ao final destes apresentam uma série de lacunas (ou de opções políticas) que deixam evidentes as limitações de suas críticas às causas da degradação ambiental. As críticas feitas nestas conferencias não consideram a lógica capitalista deixando vagas as concepções sobre a sociedade que preconizam e mesmo às críticas que vão de encontro ao capitalismo são feitas sem precisão teórica (Loureiro, 2009). São estas diretrizes internacionais que balizam e orientam em grande medida os projetos e ações de Educação Ambiental desde os dias atuais.

Para efeito deste ensaio utilizaremos a categorização recente feita por Layrargues & Lima (2011) de 3 macro-tendências como modelos político-pedagógicos para a EA, sendo estas: vertente conservadora, vertente pragmática e vertente crítica. Esta caracterização busca ressaltar os principais elementos constituintes de cada vertente deixando claro que internamente cada uma tem variações, convergências e divergências. Nesta caracterização as vertentes conservadora e pragmática fazem parte de uma mesma linhagem, a abordagem hegemônica em EA, constituindo a pragmática uma derivação da conservadora em função das transformações do mundo contemporâneo. Já a vertente crítica se constituiria em oposição às outras duas tendências politizando o debate através da incorporação da crítica social à análise da crise ambiental.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

Apesar de todas as vertentes da Educação Ambiental concordarem que a solidariedade, cidadania e participação devem fundamentar suas práticas a apropriação e o significado de cada um destes conceitos é diferenciado, conferindo ao campo da Educação Ambiental uma enorme heterogeneidade. A abordagem hegemônica em EA, principalmente a partir da década de 1990, caracteriza a crise civilizatória e os problemas ambientais como sendo resultado de uma crise ética. Para esta abordagem a falta de uma “boa ética” que prime pela sustentabilidade ambiental é a causa dos problemas enfrentados pela humanidade. Trabalha com um conceito de ser humano genérico e abstrato sem levar em consideração os humanos reais, concretos, e qual função social de cada um na sociedade. Criticando essa abordagem Loureiro (2009) afirma:

“A ética em educação jamais pode se definir como um modelo prévio e idealizado de valores e condutas, fora da dinâmica histórica, que desconsidere a “fala” dos que estão marginalizados, procurando ajustar a realidade aos padrões definidos por certos grupos cujos princípios são apresentados como válidos para toda a humanidade, em qualquer lugar do planeta.” (pág. 52)

Por outro lado a vertente crítica da Educação Ambiental, de maneira geral, procura inserir a crítica social em seus discursos e práticas inserindo no debate não só indivíduos e seus valores mas os diversos grupos e classes sociais que atuam na totalidade social.

Embora tenham diferenças teóricas e político-pedagógicas um ponto em comum de grande parte dos grupos que constroem essas vertentes tem sido a defesa das organizações da sociedade civil como legítimas e principais implementadoras de ações de EA. Estas passam a ser encaradas como uma mediação entre um suposto burocratismo estatal e o egoísmo do mercado. Apesar da intenção dos sujeitos que defendem e realizam ações de EA via organizações da sociedade civil, como sendo emancipatórias, críticas ou sensibilizadoras, o que vem acontecendo no contexto histórico e social mais amplo é a apropriação de estratégias por parte do empresariado para orientar o conjunto dessas ações de maneira que não questionem as causas da crise socio-ambiental. Estas estratégias vão tanto no sentido de financiarem suas “próprias” organizações da sociedade civil quanto no de atuar conjuntamente aos governos na construção ou na implementação de propostas. Lamosa (2010) nos mostra como a concepção hegemônica de Educação Ambiental está presente em organizações da sociedade civil que tem íntima relação com o Estado e que são compostas, indistintamente, por empresários, militantes sociais e trabalhadores, conferindo *na prática* um papel de entidades promotoras do consenso entre as classes sociais. Para tal analisa a proposta

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

governamental para a EA que prioriza ações de EA promovidas por organizações da sociedade civil do que a construção de uma política pública de Estado para a EA. Este tipo de orientação fragmenta as ações em EA e a trata como sendo responsáveis por resolver problemas localizados, sem uma articulação nacional que a oriente para contribuir com a transformação social. Independente da intenção das organizações da sociedade civil que vem promovendo ações no sentido crítico da EA em experiências particulares a tendência desta forma de promoção da EA tem sido a de favorecer uma maior atuação do setor empresarial na promoção de ações.

Corroborando esta constatação o estudo de Montañó (2010) chama atenção para a forma econômica de influenciar as ações da sociedade civil a partir desta maneira de tratar as questões sociais, encoberto pelo discurso sobre o chamado “terceiro setor”. A medida que tais organizações do “terceiro setor” (da sociedade civil) são denominadas sem fins lucrativos precisam obter recursos de alguma fonte para manter suas atividades. O autor demonstra como, na prática, quem determina a orientação teórico-metodológica das ações de tais organizações, em sua grande maioria, são as entidades ou instituições que as financiam, podendo estas ser empresas, fundações ou governos. Para conseguir ter acesso a recursos as organizações do “terceiro setor” tem que adequar seus projetos aos editais abertos por tais empresas ou governos. Há neste sentido uma reorientação para a atuação das classes dominantes no país no trato das questões sociais e ambientais. Ao mesmo tempo que promovem a degradação ambiental por extrair e se apropriar privadamente dos recursos naturais públicos desenvolvem e financiam ações que homogenizem a responsabilidade pela degradação ambiental gerada, colocando num mesmo patamar empresários e trabalhadores. Além disso, o financiamento de atividades no “terceiro setor” gera para a empresa isenção de impostos e considerando que tal *doação* (financiamento) é utilizada na sua estratégia de marketing serve também para promover uma maior rentabilidade nos negócios. Assim no lugar de caracterizar a redistribuição de mais-valia, como afirmam alguns autores, a responsabilidade social como resposta à questão social e ambiental, via organizações da sociedade civil, é uma atividade lucrativa que contribui para que as empresas formulem o consenso necessário para manter sua atividade exploratória e degradante das condições sociais e ambientais do país (Montañó, 2008:210; Lamosa, 2010). Assim o caráter universal que deveria ter uma política de Estado para a implementação da Educação Ambiental como parte da política social fica escamoteado, sendo a Educação Ambiental tratada de maneira

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

focalizada e utilitarista, fortalecendo os “aparelhos privados de hegemonia” e a ideologia do empresariado brasileiro.

CONCLUSÃO

Por não tratar da contradição fundante do sistema capitalista e das questões sociais como parte dos problemas ambientais a abordagem hegemônica da Educação Ambiental acaba contribuindo para a perpetuação da lógica dominante. Sem perder de vista a importância da mudança cultural necessária para um novo padrão de relação entre os seres humanos e a natureza esta abordagem demonstra ser instrumental para os setores dominantes, pois não vai a fundo nas causas das desigualdades sociais e ambientais: a apropriação privada dos recursos naturais, a exploração do trabalho, o caráter de classe do Estado e a íntima relação entre desigualdade social e degradação ambiental.

A sociedade civil traduzida supostamente como “terceiro setor”, separado do Estado e do mercado, é a chave para o atual padrão de ação das classes dominantes no tocante a questão social e ambiental. É uma forma complexa e bem estruturada para construir o consenso social, tornando difusa a luta das classes subalternas por condições de vidas justas e ambientalmente sustentáveis. Ao passo que fortalecem os “aparelhos privados de hegemonia” do empresariado organizando a dominação não só no espaço da produção/circulação econômica mas também no campo da política, da sociedade civil. A atuação na educação política se tornou uma tarefa permanente para conseguir manter a dominação e o ideário do “terceiro setor” é instrumental para tal papel. Concomitantemente a atuação dos “aparelhos privados de hegemonia” do empresariado substituindo o papel do Estado configura um *negócio* rentável, sendo um campo útil para a expansão dos lucros.

Cabe mais uma vez ressaltar que nossa reflexão não pretende deslegitimar pejorativamente as ações ou intenções de sujeitos que praticam a EA via organizações da sociedade civil. Independente de sua vontade e intenção estas só podem ser compreendidas em sua dinâmica constitutiva inseridas em relações sociais e determinações históricas. Nosso esforço é de articular a análise do que é particular da EA com o universal, para captá-la dentro de um todo social. Para uma EA crítica é necessário entender que a luta de classes se dá dentro e fora dos aparatos governamentais de maneira articulada. Por isso é necessário a defesa de direitos sociais dos trabalhadores na construção do conhecimento e de políticas em EA para não corroborar ou favorecer os interesses e formulações dos empresários e com a lógica de acumulação capitalista.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

Assim percebemos que o arcabouço teórico fornecido por Gramsci e pela tradição marxista sobre a origem do Estado, seu caráter classista e relacional e a utilização do conceito de “aparelhos privados de hegemonia” nos serve como caminho possível para analisar as políticas e práticas em Educação Ambiental no chamado “terceiro setor”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acanda, J. L.** *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- Barreto, R. G. e Leher, R.** *Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária*. Rev. Bras. Educ. [online]. 2008, vol.13, n.39, pp. 423-436
- Coggiola, O. & Katz, C.** *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1995
- Coutinho, C. N.** *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios* - 3ª ed. - São Paulo, Cortez, 2008.
- Fernandes, F.** *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* - 4ª edição – São Paulo: Global, 2009.
- Fontes, V.** A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. Em: Neves, L. M. W. & Lima, J. (Orgs.) *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- Fontes, V.** *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história* – 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- Gohn, M. G.** *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias* – 2ª ed. - São Paulo, Cortez, 2008.
- Lamosa, R.** *A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ)*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Educação, 2010. Dissertação (mestrado).
- Layrargues, P.P. & Lima, G. F. C.** Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. VI EPEA, Ribeirão Preto, SP, 2011.
- Leher, R.** Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. Em: Fávero, O. *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Editora Autores Associados, 2005.
- Loureiro, C.B.F.** Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental. 3ª ed. - São Paulo : Cortez, 2009.
- Marx, K. & Engels, F.** *Manifesto do partido comunista*. Editora Expressão Popular, 2010.
- Montaño, C.** *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. - 6ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.
- Moraes, J. Q. M.** A teoria marxista na história do pensamento político. Em: Oliveira, M., Aguiar, O. & Sahd, L.F. (Org.). *Filosofia política contemporânea*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2003